



Conselho Nacional de Justiça

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

Às quatorze horas e sete minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e sete, reuniu-se o Conselho Nacional de Justiça – CNJ na sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, presentes os Conselheiros Ellen Gracie Northfleet (Presidente), Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor Nacional de Justiça), Vantuil Abdala, Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Douglas Alencar Rodrigues, Cláudio Luiz Bueno de Godoy, Germana Moraes, Eduardo Kurtz Lorenzoni, Ruth Lies Scholte Carvalho, Oscar Otávio Coimbra Argollo, Paulo Luiz Neto Lôbo, Alexandre de Moraes e Joaquim de Arruda Falcão Neto. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Paulo Schmidt, designado pela Portaria nº 85, de 02 de fevereiro de 2007, para representar o Conselho Nacional de Justiça no IV Congresso Internacional da ANAMATRA, no período de 12 a 15 de fevereiro. Presentes o Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão. Aberta a sessão, a Ministra Ellen Gracie e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, procederam à assinatura de termo de cooperação técnica visando à atuação integrada do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União em todos os estados brasileiros. A Ministra Presidente registrou a presença dos Ministros do Tribunal de Contas da União Marcos Vinícios Vilaça, Valmir Campelo e Ubiratan Aguiar; do Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União; e do Dr. Marcos Bemquerer, Auditor do Tribunal de Contas da União. Fez uso da palavra o Ministro Walton Alencar Rodrigues, formulando elogio à conduta da



Conselho Nacional de Justiça

Ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça e asseverando que, apesar de assoberbado com dezenas de atribuições constitucionais e legais, o Tribunal de Contas da União acede ao desafio de apoiar, além da fronteira de suas possibilidades, os objetivos e os trabalhos do Conselho Nacional de Justiça, e com eles efetivamente contribuir. A Ministra Ellen Gracie agradeceu a generosidade das palavras do Ministro Walton Rodrigues à sua pessoa, bem como a disposição do Tribunal de Contas da União de compartilhar seu quadro qualificado para facilitar as atividades deste Conselho, acrescentando que ambas as instituições vão trabalhar em parceria e que essa parceria haverá de ser muito proveitosa. O Conselheiro Joaquim Falcão, representando os demais Conselheiros, reputou a assinatura do convênio como ato fundacional e exemplar, que vai permitir ao Conselho Nacional de Justiça exercer melhor sua função, e, expressando a importância que está sendo dada a essa conjugação de esforços “falando igual a Marcos Vilaça, falando a língua da pernambucanidade”, aduziu que, quando o CNJ e o TCU se encontram, formam uma justiça politicamente mais poderosa, economicamente mais social e administrativamente mais eficiente. A seguir, foi aprovada, por unanimidade, a ata da 5ª Sessão Extraordinária. Logo após, a Ministra Ellen Gracie comunicou que os processos relativos às informações prestadas pelos oito Tribunais de Justiça sobre o teto remuneratório ainda não apreciados por este Conselho ficariam sobrestados até decisão do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Em seguida, passou-se ao julgamento dos processos pautados, cujos resultados foram registrados nas certidões em anexo. A sessão foi suspensa às dezessete horas e quarenta e dois minutos, sendo os trabalhos retomados às



Conselho Nacional de Justiça

dezoito horas e quatorze minutos, quando o Conselheiro Vantuil Abdala, na presidência, concedeu a palavra ao Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no quadriênio 2007-2010, que manifestou sua satisfação em participar, pela primeira vez, de uma sessão no Conselho Nacional de Justiça. Na seqüência, teve prosseguimento o julgamento dos processos pautados, cujos resultados constam das certidões em anexo. A sessão foi encerrada às dezenove horas e quinze minutos, lavrando-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes.

Ellen Gracie Northfleet

Antônio de Pádua Ribeiro

Vantuil Abdala

Marcus Faver

Jirair Aram Meguerian

Douglas Alencar Rodrigues



Conselho Nacional de Justiça

Cláudio Luiz Bueno de Godoy

Germana Moraes
Germana Moraes

Eduardo Kurtz Lorenzoni

Ruth Lies Sholte Carvalho

Oscar Otávio Coimbra Argollo

Paulo Luiz Neto Lôbo
Paulo Luiz Neto Lôbo

Alexandre de Moraes

Joaquim de Arruda Falcão Neto

Antonic Fernando Barros e Silva de Souza
Procurador-Geral da República

Raimundo Cezar Britto Aragão
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados
do Brasil.